

CONTRATO Nº 025/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 035/2022 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2022

Entre o **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Viçosa - MG**, Autarquia Municipal criada por Lei Municipal n.º 541/69, com sede na Rua do Pintinho, s/n Bairro Bela Vista, Viçosa - MG, **CNPJ: 25.947.276/0001-02** adiante designado **Contratante**, representado neste ato por seu Diretor-Presidente, **Marcos Nunes Coelho Junior**, doravante simplesmente denominado **SAAE** e de outro lado **Contratada: Equilíbrio Soluções Ambientais LTDA**, **CNPJ: 30.827.499/0001-76**, sito à Avenida Dr. Silvio Menicucci, nº 2177, Loja 1, Bairro Centenário, CEP: 37.200-000 – Cidade: Lavras, UF: MG, TEL: (35) 3013-8658, E-MAIL: contato@consultoriaequilibrio.com, representada neste ato pelo seu representante legal, **Sr. Eder Costa Carvalho**, inscrito sobre o **CPF: 095.719.996-10**, resolvem celebrar o presente contrato, nos termos dos **Decretos Municipais nº 3.893/2004, 3906/2005 e 5237/2018 bem como pela Lei nº 10520/02, retificada em 18 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993**, com suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1 Contratação de pessoa jurídica, para a elaboração de estudos ambientais para fins de licenciamento ambiental da estação de tratamento de esgoto (ETE-Viçosa), interceptores, elevatórias e emissário, com respectiva aprovação junto ao órgão competente, bem como estudo de autodepuração do corpo hídrico receptor, conforme planilha de especificações abaixo:

LOTE 01					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	V. TOTAL	% DO VALOR GLOBAL
1.	Estudos ambientais para fins de licenciamento LI/LO	Serviço	1	R\$ 30.875,00	65 %
2.	Estudo de autodepuração do corpo hídrico receptor	Serviço	1	R\$ 7.125,00	15 %
3.	Aprovação dos estudos e obtenção da LI/LO	Serviço	1	R\$ 9.500,00	20 %
Valor Total: R\$ 47.500,00 (quarenta e sete mil e quinhentos reais).					100%

1.2 É exigido que a contratada possua funcionários devidamente habilitados para a função a ser exercida, para a execução dos serviços, registrados em nome da contratada, observando rigorosamente todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora.

CLÁUSULA 2ª - DOS PREÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1 O pagamento será realizado por serviço concluído, conforme prazos de realização estipulados no cronograma físico-financeiro apresentado pela Contratada.

2.2 Os pagamentos serão fixados nos valores e nos seguintes serviços concluídos:

MARCOS
NUNES
COELHO
JUNIOR:433594
50604

Digitally signed by MARCOS NUNES COELHO JUNIOR:43359450604
DN: cn=BR, ou=ICP-Brasil, ou=presencial, ou=34028316000103, ou=Secretaria de Meio Ambiente, ou=SEMA, ou=GOV.BR, c=BR
c=MARCOS NUNES COELHO JUNIOR:43359450604
Date: 2022.10.14 14:38:03 -03'00'

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PRAZO
1	Estudos ambientais para fins de licenciamento LI/LO.	5 meses
2	Estudo de autodepuração do corpo hídrico receptor.	5 meses
3	Aprovação dos estudos e obtenção da LI/LO.	10 meses

2.3 Os produtos entregues pela Contratada, serão analisados e conferidos por fiscal(is) nomeados pela Contratante, os quais terão o prazo máximo de 15 dias úteis para a emissão do parecer técnico, em relação ao aceite ou a necessidade de revisão/alteração pela Contratada;

2.4 Após a conferência e o aceite por parte da Contratante, a Contratada poderá emitir a NOTA FISCAL;

2.5 A Administração disporá de 5 (cinco) dias úteis, após a apresentação da NOTA FISCAL e “ACEITE” dos serviços pelo(s) fiscal(is), ao setor financeiro do SAAE, para processar o pagamento, não sendo permitido, por Lei, antecipar o pagamento.

2.6 Os pagamentos serão procedidos por meio de ordem bancária, através de crédito em conta corrente da Contratada.

2.7 A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

- Da regularidade fiscal, constatada através de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93;
- Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal que tenha sido paga pela Administração.

2.8 Os pagamentos ficam condicionados à regularidade de situação da firma, averiguada no dia do pagamento.

2.9 O pagamento de qualquer Nota Fiscal de Prestação de Serviços apresentada pela Contratada será suspenso, no todo ou em parte, sem prejuízo de exercer outras prerrogativas contratuais, ficando o mesmo retido até que a Contratada atenda à cláusula infringida, nos seguintes casos:

- Não cumprimento de obrigação contratual;
- Paralisação dos serviços por culpa e dolo da CONTRATADA;
- Apresentação da Nota Fiscal sem o Ateste do Fiscal do Contrato.

CLÁUSULA 3ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

MARCOS NUNES
COELHO
JUNIOR:4335945
0604

Digitally signed by MARCOS NUNES COELHO JUNIOR, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=ARCOBREIOS, ou=RFB e CPF A1, cn=MARCOS NUNES COELHO JUNIOR:43359450604
Date: 2022.10.14 14:38:17 -0300

3.1 Os recursos financeiros destinados ao pagamento da importância mencionada na cláusula anterior acham-se previstos na dotação orçamentária sob as rubricas: **17.512.0449.9.043.449051.**

CLÁUSULA 4ª – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 O prazo de entrega para a realização dos serviços, a contar da data da emissão da ordem de serviço, será:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PRAZO
1	Estudos ambientais para fins de licenciamento LI/LO.	5 meses
2	Estudo de autodepuração do corpo hídrico receptor.	5 meses
3	Aprovação dos estudos e obtenção da LI/LO.	10 meses

4.2 O desenvolvimento do projeto se dará na cidade de Viçosa-MG (interceptores, elevatória, emissários e ETE-Viçosa).

4.3 Para recebimento dos serviços finalizados, deverá ser seguido a legislação vigente em especial o definido na Lei nº 8.666/93.

4.4 A entrega dos materiais será nos seguintes horários e local: de 08 às 10:30hs ou de 13:30 às 16hs, de segunda a sexta-feira. A entrega deverá ser previamente agendada na Seção de Materiais e Patrimônio - SEMP, através do telefone (31) 3899 5609 ou pelo endereço eletrônico semp@saaevicosa.mg.gov.br.

CLÁUSULA 5ª REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

1.1 Será admitida a repactuação dos preços dos serviços contratados com prazo de vigência igual ou superior a 12 (doze) meses, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano;

1.2 O interregno mínimo de 1(um) ano para a primeira repactuação será contado, à critério da Autarquia, a partir:

- Da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, ou;
- Da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data vigente à época da apresentação da proposta.

1.3 Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida;

1.4 As repactuações serão precedidas de solicitação da Contratada, acompanhadas de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e documentos hábeis que comprovem a alteração dos custos pela execução do contrato;

1.5 É condição indispensável para o requerimento da repactuação, a apresentação na data do

certame, juntamente com a proposta, da planilha analítica da formação do custo do licitante, através da qual deverá se pautar qualquer eventual pedido inicial de repactuação;

- 1.6** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal ou sentença normativa posterior à licitação;
- 1.7** Quando da solicitação da repactuação, esta somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:
- Os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
 - As particularidades do contrato em vigência;
 - A nova planilha com a variação dos custos apresentada;
 - Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
 - A disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.
- 1.8** A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias úteis, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos;
- 1.9** O prazo referido acima ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos;
- 1.10** O órgão ou entidade Contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada;
- 1.11** Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- A partir da homologação, ou;
 - Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras.
- 1.12** A Contratante deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA 6ª – PRAZO DE VIGENCIA

- 6.1** O prazo de duração do presente contrato, se limita a quantidades totais contratadas ou ao período de doze (12) meses a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA 7ª - RESPONSABILIDADE

- 7.1** Ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior mencionados no art. 393 do Código Civil, a CONTRATADA responderá com suporte no princípio da culpa objetiva, pela

cobertura integral de quaisquer prejuízos sofridos pela CONTRATANTE ou causados a terceiros, por ato ou fato, comissivos ou omissivos da CONTRATADA ou de seus prepostos.

- 7.2 Em caso de ocorrência de prejuízos e danos previstos no “caput” desta cláusula, a CONTRATANTE ao seu alvedrio, declarará a ocorrência do débito respectivo e fixará o valor do prejuízo, podendo abatê-lo das faturas relativas ao fornecimento prestado pela CONTRATADA, ou, se inviável a compensação, promover a execução judicial independentemente da CONTRATADA na apuração de débito, a execução de letras de câmbio e valor equivalente ao dano, com força de título executivo extrajudicial, sem exclusão de outras sanções cabíveis.

CLÁUSULA 8ª – SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

- 8.1 Pelo inadimplemento de qualquer cláusula ou simples condição do contrato a ser firmado, ou pelo descumprimento parcial ou total do mesmo, as partes ficarão sujeitas às sanções e consequências legais previstas na seção V do capítulo III da Lei Federal nº 8.666/93, em especial:

- 8.1.1 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta, no caso de recusa injustificada da **CONTRATADA** em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no edital;
- 8.1.2 O não cumprimento do prazo estabelecido para a prestação dos serviços, acarretará à **CONTRATADA** a multa de 0,33% (zero virgula trinta e três por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, até o 30º (trigésimo) dia, ao fim dos quais, se os fornecimentos não tiverem sido executados, o contrato poderá, a critério do SAAE, ser rescindido, sem prejuízo da multa estipulada na letra (f) desta cláusula;
- 8.1.3 Por serviço não realizado, a **CONTRATADA** ficará obrigada a realizá-los no prazo que será estabelecido pelo SAAE na notificação, após os quais, se não solucionado o problema, será aplicada a multa diária de 1% (um por cento) do valor total da nota fiscal, até o limite de 10% (dez por cento), podendo o SAAE rescindir o contrato, sem prejuízo da multa estabelecida letra (f) desta cláusula;
- 8.1.4 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, se os serviços forem executados por intermédio de terceiros, sem observância do disposto da cláusula onze;
- 8.1.5 Multa diária de 1% (um por cento), sobre o valor total do contrato, até o limite de 10% (dez por cento), pelo descumprimento a qualquer cláusula não abordadas por esta cláusula;
- 8.1.6 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, em caso de rescisão contratual por inadimplência da **CONTRATADA**;
- 8.1.7 A **CONTRATADA** que, mesmo após aplicação da penalidade de multa, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do pedido de compra, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará **IMPEDIDA DE LICITAR E CONTRATAR** pelo prazo de até **05 (cinco) anos**, com o Município e, será descredenciada no sistema de

cadastro de fornecedores, garantido o direito à ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas em edital e no pedido de compra e das demais cominações legais (Art.7º, Lei Federal 10.520/02).

8.2 A aplicação de qualquer penalidade prevista neste contrato não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

8.3 Os valores de eventuais multas serão descontados dos pagamentos devidos pelo SAAE, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente.

8.4 Os casos de rescisão, se eventualmente ocorrerem, serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA 9ª - DA RESCISÃO

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido desde que ocorra qualquer das hipóteses previstas no **art. 78 da Lei nº 8.666/93**, a qual as partes expressamente se submetem podendo ser determinada:

9.1.1 por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos enumerados na nos incisos **I a XII e XVII** do citado artigo, quando nenhuma indenização será devida à **CONTRATADA**;

9.1.2 amigável, por acordo entre as partes, havendo conveniência para a **CONTRATANTE**, através de termo próprio de distrato;

9.1.3 judicial, nos termos da Lei.

9.2 Na hipótese de rescisão não amigável do contrato, não vinculada a ato ou fato da **CONTRATADA**, será dado pré-aviso com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.

9.3 Permanecem, reconhecidos os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

9.4 Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral, escrito e motivado da **CONTRATANTE** quando o interesse público o justificar, sem indenização à **CONTRATADA**, nos termos do art. 79 da Lei nº 8666/93, a não ser o caso de dano efetivo resultante.

CLÁUSULA 10ª - DA CESSÃO

9.1 O fornecimento do objeto deste contrato deverá ser executado diretamente pela **CONTRATADA** vedada cessão e sublocação, salvo na ocorrência comprovada de força maior ou caso fortuito, o que dependerá de prévia anuência da **CONTRATANTE**, por escrito, sem prejuízo da responsabilidade da **CONTRATADA** pelo ônus e perfeição técnica dos mesmos.

CLÁUSULA 11ª - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 A **CONTRATADA** deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Administração Pública, na licitação.

CLÁUSULA 12ª - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11 A contratante obriga-se a exercer a fiscalização dos serviços contratados através de servidor especialmente designado para acompanhamento do Contrato, na forma prevista na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, atestando as respectivas faturas emitidas, além de;

MARCOS NUNES
COELHO
JUNIOR:4335945
0604

Digitally signed by MARCOS NUNES COELHO JUNIOR:4335945
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=ICP-Brasil, ou=PPS e-CPF A1, cn=MARCOS NUNES COELHO JUNIOR:4335945
Date: 2022.10.14 14:39:18 -0300

- a) Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir com suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas;
- b) Efetuar o pagamento dos valores dentro das condições estabelecidas no contrato;
- c) Aplicar à contratada as sanções regulamentares, quando for o caso;
- d) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas do Contrato, do presente termo, e de sua proposta;
- e) Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços fornecidos, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

12 O SAAE rejeitará no todo ou em parte, os serviços que forem realizados em desacordo com o contrato sendo a licitante vencedora obrigada a refazer, às suas expensas o serviço rejeitado no **prazo máximo de 05 (cinco) dias** a contar da data da notificação.

CLÁUSULA 13ª - DA FISCALIZAÇÃO

12.1 O SAAE exercerá a fiscalização dos serviços através dos servidores, **Francianny Maria de Paula Souza, cargo de chefia do Setor de Tratamento de Água e Esgoto e o servidor Lucas De Oliveira Castro cargo de Diretor G. Estratégica e S. Ambiental** especialmente designados para esse fim, em cumprimento à determinação do art. 67 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA 14ª - DAS PARTES INTEGRANTES

13.1 **Integram ao presente contrato, o Edital/ Termo de Referência e seus respectivos anexos, como se nele estivesse transcrito.**

CLÁUSULA 15ª - DO REGIME JURÍDICO

14.1 O presente contrato vincula-se à Lei n.º 8.666/93, com suas posteriores alterações aplicando-se nos casos omissos o disposto na legislação civil vigente.

CLÁUSULA 16ª - DO FORO

15.1 As partes elegem o foro da comarca de Viçosa-MG, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais especial que seja para solução de qualquer pendência atinente a este contrato.

15.2 E por estarem assim ajustadas, as partes firmam o presente contrato, com três vias para um só efeito, depois de lido e achado conforme na presença de duas testemunhas.

Viçosa- MG, 05 de outubro de 2022.

MARCOS NUNES
COELHO
JUNIOR:43359450604

Digitally signed by MARCOS NUNES COELHO
JUNIOR:43359450604
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=presencial,
ou=34028316000103, ou=Secretaria da Receita Federal
do Brasil - RFB, ou=ARCORREIOS, ou=RFB e-CPF-AJ,
cn=MARCOS NUNES COELHO JUNIOR:43359450604
Date: 2022.10.14 14:39:37 -03'00'

Marcos Nunes Coelho Júnior - Diretor Presidente
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATANTE

Eder Costa Carvalho / CPF: 095.719.996-10
EQUILÍBRIO SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA / CNPJ: 30.827.499/0001-76
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: 1) _____

2) _____